

CONTRATO SOCIAL DE:

ZERO ONE CONSULTORIA LTDA

GUILHERME PIRES RAMOS, brasileiro, casado com comunhão parcial de bens, natural de Rio de Janeiro-RJ, SP, nascido em 16/04/1968, administrador de empresas, portador do RG 35.272.000-1-SSP-SP, expedido em 06/10/2009, e CPF 125.550.808-64, residente e domiciliado à Rua Japara. 304, Vista Alegre, Vinhedo-SP, CEP: 13280-000, e **ELIS PAULUCCI**, brasileira, solteira, natural de São Paulo SP, nascida em 30/11/1973, jornalista, portadora do RG 52.388.810-7, expedido em 29/12/2007-SSP-SP e CPF 572.571.161-72, residente e domiciliado à Rua Japara, 304, Vista Alegre, Vinhedo-SP, CEP: 13280-000; resolvem, constituir uma Sociedade Empresária Limitada, que será regida pela lei 10.406/02, bem como pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

A sociedade tem a denominação social de "ZERO ONE CONSULTORIA LTDA".

CLÁUSULA SEGUNDA:

A sede da sociedade será na Rua Japara. 304, Vista Alegre, Vinhedo-SP, CEP: 13280-000.

§ *único* – o endereço da empresa será utilizado tão somente como escritório administrativo, uma vez que as atividades serão exercidas em estabelecimento de terceiros.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A sociedade tem por objeto social a prestação de serviços às empresas, tais como: treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, bem como preparação de documentos, e execução de serviços especializados em apoio administrativos e análise de relatórios.

CLÁUSULA QUARTA:

A sociedade iniciará suas atividades na data do registro do presente contrato social na Junta Comercial do Estado de São Paulo e terá prazo de duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUINTA:

O Capital Social será de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) divididos em 2.000 (duas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, disponibilizados em caixa para uso exclusivo da sociedade, assim distribuído entre os sócios:

GUILHERME PIRES RAMOS	1000 quotas	R\$ 1.000,00	50%
ELIS PAULUCCI	1000 quotas	R\$ 1.000,00	50%
TOTAL	2000 quotas	R\$ 2.000,00	100%

§ único: A responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SEXTA:

As cotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento das outras sócias, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preços, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA:

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA OITAVA:

A sociedade será administrada por ambos os sócios, os quais assinam, isoladamente, cabendo a eles a responsabilidade ou representação ativa e passiva da sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

CLÁUSULA NONA:

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do balanço patrimonial e do balanço econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas cotas, os lucros e perdas apurados. A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA:

Nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA:

Os sócios administradores poderão, de livre escolha, fixar retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA:

A retirada, exclusão, falecimento, ou interdição de um dos sócios, não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o remanescente pelo prazo previsto em lei, a menos que este resolva liquidá-la. Em caso de falecimento ou incapacidade judicialmente declarada de qualquer dos sócios, herdeiros ou sucessores do sócio falecido ou incapacitado poderão ingressar na sociedade em sua substituição.



CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA:

Os sócios/administradores declaram, sob penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA:

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei nº 10406/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA:

Eleito o Foro da Comarca de São Paulo - Estado de São Paulo para dirimir as questões oriundas da interpretação e execução do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor.

São Paulo, 23 de Fevereiro de 2016.



GUILHERME PIRES RAMOS



ELIS PAULUCCI

